



CONSELHO DE CURADORES

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Dr. Shigeaki Ueki - Presidente / **Dr. Sílvio Álvares Penteado Neto** - Presidente Honorário / **Dr. Fábio Penteado Ulhôa Rodrigues** - Vice-Presidente

Dr. Abram Abe Szajman / Dr. Antônio Delfim Neto / Dr. Jésus de Lisboa Gomes / Dr. Mauro de Salles Aguiar / Dra Regina Célia Esteves de Siqueira / Dr. Roberto Rodrigues / Dr. Kazuo Watanabe

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Expressos em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2016		31/12/2015		PASSIVO	31/12/2016		31/12/2015	
	Nota Explicativa					Nota Explicativa			
CIRCULANTES					PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.599	9.030		CIRCULANTES				
Aplicações financeiras vinculadas	4	1.644	1.487		Fornecedores		758	893	
Anuidades a receber - líquidas	5	5.901	4.388		Impostos, encargos e contribuições a recolher	8	1.629	1.464	
Outros créditos e valores		427	332		Contribuições sociais a recolher	9	1.370	1.250	
Despesas antecipadas		505	374		Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		2.012	1.425	
Total dos ativos circulantes		16.076	15.611		Outras para férias e encargos sociais		2.155	2.029	
					Provisão para pagar		211	288	
					Total dos passivos circulantes		8.135	7.349	
NÃO CIRCULANTES					NÃO CIRCULANTES				
Anuidades a receber - líquidas	5	1.166	859		Contribuições Sociais a Recolher	9	2.000	3.107	
Depósitos judiciais	10	483	646		Provisão para riscos e processos judiciais	10	1.568	1.391	
Precatórios a receber	6	1.276	1.215		Contratos Recebidos Antecipadamente		156	236	
Intangível	7	69	95		Total dos passivos não circulantes		3.724	4.734	
Imobilizado	7	38.953	39.271		PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Total dos ativos não circulantes		41.947	42.086		Patrimônio social	11 a)	45.771	45.771	
					Reserva de reavaliação	7 e 11 b)	2.242	2.257	
					Déficit acumulado		(1.849)	(2.414)	
					Total do patrimônio líquido		46.164	45.614	
TOTAL DOS ATIVOS		58.023	57.697		TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.023	57.697	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		45.771	2.322	3.862	41.752
Superávit do exercício		-	-	65	3.862
Realização da reserva de reavaliação	11b)	-	(65)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		45.771	2.257	(2.414)	45.614
Superávit do exercício		-	-	550	550
Realização da reserva de reavaliação	11b)	-	(15)	15	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		45.771	2.242	(1.849)	46.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP e do Centro Universitário FECAP e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas. A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá ser verificada nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim. Em caso de extinção, seu patrimônio, ou o produto dele, será destinado à entidade congênere sem finalidade lucrativa, a qual deverá aplicá-lo, integralmente, na difusão do ensino do comércio e ciências afins, e a ele será ligado, indissolúvelmente, o nome do Conde Antônio de Álvares Penteado. Na ausência de entidade congênere, o patrimônio será destinado ao Poder Público, exceto o imóvel do Largo de São Francisco, 19, que voltará, com todos os seus melhoramentos, benfeitorias e acréscimos, seja qual for a procedência, ao domínio dos doadores ou de quem, em qualquer tempo e em qualquer grau de legalidade jurídica, representar a sucessão do Conde Antônio de Álvares Penteado. Para a administração da família do Conde Antônio de Álvares Penteado, a seguinte estrutura: **a)** O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Penteado. **b)** O Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, sendo ser reeleitos e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros, com duração de mandato simultânea àquele exercício pelo CONSUNI. **c)** O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. **d)** A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, Superintendente pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores. **e)** As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário. **f)** Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria. A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atribuído do Conselho Fiscal e a gestão e supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria são de responsabilidade da Superintendência Executiva. **g)** Imunidade Tributária. A Fundação é imune do pagamento de tributos, exceto quanto às seguintes incidências sobre folha de pagamento: Seguro de Acidente de Trabalho - SAT, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Programa de Integração Social - PIS. A Fundação, a partir de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. **1.1 - Eventos importantes: (a) Ação Civil Pública** - Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros da Comissão de Tomada de Contas da Instituição relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os Membros do Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil nº 03/2012. A inicial da Ação Civil Pública foi encaminhada para o MM Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014. **(b) Autuação PMSF** - Em 17 de dezembro de 2015, a FECAP recebeu Autos de infração da PMSF (n.º 67170331, 67170765 e 67170510), com a exigência de ISSQN relativo ao ano de 2010. Os autos foram lavrados apenas para prevenir decadência enquanto a Municipalidade aprofunda a verificação do preenchimento dos requisitos da imunidade referente aos anos de 2010 a 2015, isso no bojo do Processo Administrativo da PMSF nº 2015.0.333.6520-9; Em 12 de Agosto de 2016, a FECAP recebeu Primeira Comunicação de Chamada no referido processo Administrativo Fiscal, cuja resposta foi apresentada à Municipalidade em 12 de agosto de 2016; Em 17 de outubro de 2016, a FECAP recebeu nova Comunicação de Chamada no mesmo processo Administrativo Fiscal nº 2015.0.333.6520-9, que foi respondida em 17 de outubro de 2016 e; Em 13 de dezembro de 2016, a FECAP foi autuada pela Municipalidade de São Paulo, com exigência de ISSQN relativo ao ano de 2011. Os autos foram lavrados apenas para prevenir decadência enquanto a Municipalidade aprofunda a verificação do preenchimento dos requisitos da imunidade atinentes aos anos de 2010 a 2015, isso no bojo do Processo Administrativo da PMSF nº 2015.0.333.6520-9.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a entidades sem fins lucrativos. **2.2. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Principais práticas contábeis** - Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são: (a) provisões para créditos de liquidação duvidosa; (b) vida útil estimada do imobilizado; (c) crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; (d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "impairment"; e (e) provisões para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **a) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente em fundos de investimento. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício. **c) Anuidades a receber e demais créditos** - Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses. **d) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso** - Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente. **e) Precatório a Receber** - Decorrente de decisão judicial transitada em julgado, originário dos autos nº 0423149-69/1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Com base nos estudos efetuados, foi constituída provisão de 50% no valor do crédito precatório junto a Prefeitura de São Paulo para redução ao seu valor de recuperação, nota explicativa nº 6. **f) Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados. Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados. Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores. O procedimento de revisão de vidas úteis é efetuado anualmente. A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível. **g) Ativos e passivos financeiros** - Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **h) Anuidades recebidas antecipadamente** - Representam valores recebidos em virtude de matrículas e mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **i) Provisão para riscos e processos judiciais** - Constituída com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processos e eventos subsequentes, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Fundação e outras evidências consideradas pela Administração. **j) Apuração do resultado e reconhecimento de receitas** - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso e com a unidade de ensino. No semestre, são faturadas essas mensalidades, estando incluída a matrícula; e a respectiva receita é reconhecida quando do efetivo serviço prestado. Os recebimentos antecipados de matrículas e mensalidades são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos quando da prestação do serviço. As deduções da receita bruta são compostas por abatimentos referentes ao PROUNI, bolsa convênio trabalhista, descontos concedidos incondicionalmente e mensalidades devolvidas e/ou canceladas. **k) Lei 12.973 de 13 de maio de 2014** - A Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) traz outras providências, dentre elas: (a) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (b) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (c) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros

ou dividendos; (d) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (e) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. No dia 13 de maio de 2014, foi promulgada a Lei 12.973, convertendo a Medida Provisória nº 627 em Lei, que passou a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	6	4
Bancos	604	679
Aplicações financeiras:		
Santander - DI Instituições (b)	3.685	8.208
Safra Investimento (b)	2.161	-
Banco Investimento BJP (b)	241	-
Banco Investimento Modal (b)	241	-
Banco Investimento Daycoval (b)	240	-
Banco Pine Investimento (b)	237	-
Santander - CDB DI (a)	184	139
Total	7.599	9.030

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB da carta de fiança locatícia com o Banco Santander (Brasil) S.A., com remuneração de 95 a 99% do CDI. A aplicação financeira apresenta liquidez que prazo inferior e insignificante risco de mudança de valor. (b) São aplicações em fundos de investimento na forma de condomínio aberto, cujo objetivo é aplicar em cotas de fundos referenciados em DI com remuneração de 100% a 111% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2016	31/12/2015
Santander - CDB DI	1.644	1.487
O saldo está vinculado às cartas de fiança locatícia com o Banco Santander, referente ao contrato de locação da Unidade Pinheiros.		

5. ANUIDADES A RECEBER - LÍQUIDAS

	31/12/2016	31/12/2015
Anuidades a receber	7.692	5.788
Cheques recebidos - mensalidades	88	171
Anuidades a receber relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES	956	1.170
Cartões de crédito a receber	489	378
	9.225	7.507
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.158)	(2.260)
Total	7.067	5.247
Circulante	5.901	4.388
Não circulante	1.166	859

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	654	1.397
De 31 a 60 dias	556	533
De 61 a 90 dias	497	496
De 91 a 120 dias	619	461
Acima de 120 dias	1.557	2.103
Avencer em:		
2016	-	1.558
2017	4.175	382
2018	519	325
2019	101	212
2020	516	40
2021	31	-
	9.225	7.507

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldos iniciais	(2.260)	(1.814)
Baixa da provisão para anuidades de recebimento duvidoso - período de 2014 em 2015 e período de 2015 em 2016 para incorríveis (*)	2.178	1.464
Baixa da provisão para cheques a receber no exercício para incorríveis	38	4
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(2.114)	(1.914)
Saldos finais	(2.158)	(2.260)

(*) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados incorríveis, relacionados ao período de 2015 e 2014.

6. PRECATÓRIO A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Valor do crédito	2.552	2.430
Provisão para valor de realização 50%	(1.276)	(1.215)
Valor líquido de realização	1.276	1.215
Em 25 de setembro de 1998 a Fundação ingressou contra a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo um processo de Repetição de Indébito sob nº 0423149-69/1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5ª VFP, referente à Restituição das Taxas de Limpeza e Conservação cobradas indevidamente. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo expediu a Certidão e Extinção de Precatórios, certificando que o Ofício Requisitório nº 188/2011 de 28/11/2011, originário do Setor de Execuções Civils na Fazenda Pública-SP, no valor de R\$ 2.003, atualizado pelo índice da caderneta de poupança, em 31 de dezembro de 2016, em R\$ 2.552, que está refletido nas demonstrações financeiras da Fundação e para o qual foi constituída provisão para redução ao valor de mercado, no montante de R\$ 1.276.		

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizado:		
Terrenos	9.051	9.051
Edifícios	32.709	24.582
Equipamentos de segurança	336	138
Móveis e utensílios	6.66	679
Computadores	20	502
Central de ar-condicionado	6,66	542
Elevadores	2	331
Equipamentos fotográficos	10	11
Equipamentos de rádio e TV	6,66	4
Equipamentos de audiovisual	6,66	7
Máquinas e equipamentos	5	192
Móveis escolares	10	359
Biblioteca	20	278
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10	747
Outros	437	293
	57.075	38.732
Obras em andamento	-	28
Adiant. de Fornecedores do Imobilizado	220	248
Total	57.295	39.271

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa anual de depreciação - %		
Custo de aquisição Reavaliado		
Depreciação acumulada		
Líquido		
Líquido		

Intangível - Software e utilitários 20 1.088 (1.019) 69 95
Em 1ª de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não fez novas reavaliações. Em 2016, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios de 2016 e de 2015, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente. O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo residual		
Terrenos	1.988	1.988
Edifícios	187	187
Móveis e utensílios	5	5
Instalações e equipamentos	62	77
Total da reserva de reavaliação remanescente	2.242	2.257

Demonstrações do Superávit (Déficit) para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Anuidades:			
Colégio - FECAP		11.244	10.098
Centro Universitário FECAP - graduação		46.160	41.342
Centro Universitário FECAP - pós-graduação, idiomas e extensão		17.384	14.977
Centro Universitário FECAP - mestrado			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores em milhares de reais - R\$)

8. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2016	31/12/2015
INSS a recolher	779	699
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS a recolher	259	233
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	549	467
Outros	42	65
Total	1.629	1.464

9. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento de INSS (a)	1.078	1.956
Parcelamento de COFINS (b)	2.292	2.401
	3.370	4.357
Circulante	1.370	1.250
Não circulante	2.000	3.107

a) Parcelamento de INSS - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Fundação decidiu parcelar em 60 meses o valor correspondente ao INSS - Salário Educação e Ingra do período de julho de 2007 a maio de 2012 no montante total de R\$ 3.745, objeto do processo INSS - Salário Educação 2005.61.00.028389-6 e processo INSS - INGRA 2005.61.00.004522-5, cuja decisão judicial em ambos os processos foram desfavoráveis à Fundação. Os referidos débitos foram confessados em GFIP, gerando o parcelamento DCG 40.327.722-6 em 11/01/2013. O cálculo atualizado dos valores referentes ao parcelamento de débitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da dívida calculado pela Fundação	1.078	1.956
Circulante	1.078	978
Não circulante	-	978
Total	1.078	1.956

10. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITO JUDICIAL

A Fundação está sujeita, no curso de suas atividades, a questionamentos de natureza legal envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis. A Administração avalia periodicamente os riscos associados aos questionamentos em curso e de seu conhecimento e, com base na opinião de seus advogados externos, no histórico de ações da mesma natureza e em outras evidências relevantes aos processos, constituiu provisões para os questionamentos cujo desfecho com probabilidade de desembolso futuro é considerada provável. Com a relação às causas trabalhistas, a Fundação possui advogados externos especializados e, com base em sua opinião, constituiu provisão para os processos com probabilidade de desembolso futuro provável. A movimentação das provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	31/12/2014	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2015	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2016
Fiscais	351	-	39	-	-	390	-	9	(13)	-	386
Cíveis	-	226	-	-	-	226	-	7	(8)	(151)	75
Trabalhistas	380	41	-	-	-	421	237	17	-	(201)	475
Honorários advocatícios	415	50	-	124	(11)	353	260	94	-	(74)	633
Subsídios	1.148	318	-	124	(11)	1.390	497	127	(21)	(426)	1.568
(-) Depósitos judiciais (*)	(358)	(246)	(41)	-	-	(646)	-	(40)	-	203	(483)
Total	788	71	(2)	124	(11)	744	497	87	(21)	(223)	1.085

(*) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os depósitos judiciais referem-se a processos cíveis, fiscais e trabalhistas.

10.1. Imunidade tributária - A Fundação, por se tratar de uma instituição de ensino sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. **10.2. Outras informações:** Na(s) data(s) de encerramento do(s) exercício(s), os assuntos mais relevantes são os seguintes: **a) Imposto de Renda Retido na Fonte** - Visando à manutenção de sua imunidade tributária, a Fundação obteve sentença de segunda instância favorável à não incidência do IRRF sobre as aplicações financeiras, contra a qual a Fazenda Nacional opôs recurso para o Supremo Tribunal Federal - STF. De acordo com os consultores jurídicos da Fundação, a probabilidade de perda nesse processo é remota e, consequentemente, a Administração não constituiu provisão relativa a esse assunto. **b) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU** - A Fundação obteve da Prefeitura do Município de São Paulo, o Reconhecimento da Imunidade Tributária do IPTU para os exercícios até 2015 e imunidade de ISS até 2009, conforme despacho publicado em 1º de junho de 2011. Além de ter regularizado a situação das Execuções Fiscais pertinentes ao IPTU indevidamente movidas pela PMSP, a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Processo nº 2014-0.047.351-5, concedeu, em 18 de agosto de 2014, o Título de Utilidade Pública Municipal com validade até 17 de agosto de 2017. Em 30 de maio de 2015, foi publicado o Decreto Municipal nº 56.141/2015 e, em 17 de junho de 2015, foi publicada a Instrução Normativa SF/SUREM nº 7, de 16 de junho de 2015, que alteraram o procedimento relativo ao reconhecimento da Imunidade do ISSQN, do IPTU e do ITBI, deixando os referidos processos de tramitarem em meio físico e passando para o meio digital. A FECAP encaminhou o reconhecimento de sua condição de entidade imune, em meio digital, no exercício de 2015, com vigência até 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com vigência até 31 de dezembro de 2017.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O patrimônio líquido da Fundação é composto por: **a) Patrimônio social** - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, corresponde ao valor de R\$ 45.771. **b) Reserva de reavaliação** - O saldo refere-se a reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota explicativa 7. A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

12. SEGUROS CONTRATADOS: As coberturas de seguro da Fundação foram determinadas com base em estudos técnicos e apresentam a seguinte posição:

	2016		
	Local 1 (a)	Local 2 (b)	Local 3 (c)
Incêndio, queda de raio e explosão	76.802	13.972	14.408
Tumultos	1.867	1.867	1.867
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículos terrestres e aéreos	1.711	1.711	1.711
Responsabilidade civil (estabelecimento de ensino - alunos e empregados)	8.000	8.000	8.000
Responsabilidade civil (eventos no estabelecimento)	1.600	1.600	1.600
Equipamentos eletrônicos	376	376	376
Equipamentos estacionários	376	376	376
Roubo e furto qualificados de bens nas dependências do assegurado	750	700	700
Recomposição de registros e documentos	90	90	90
Danos elétricos	627	585	585
Lucros cessantes	7.780	7.780	7.780
Instalação em novo local em decorrência de incêndio	1.178	1.178	1.178

Essa dívida foi contabilizada nas seguintes rubricas da demonstração do superávit (déficit):

Despesas financeiras	154	234
Total	154	234

b) Parcelamento de COFINS - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Fundação decidiu aderir ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria da Fazenda Nacional, previsto na Lei nº 11.941/09, no montante de R\$3.052, referente à existência de um processo judicial relativo à falta de recolhimento da COFINS para o período de dezembro de 1996 a janeiro de 1999, cuja estimativa de risco de perda pelos advogados externos era considerada possível. Os referidos débitos, após a redução do saldo conforme a Lei 11.941/09, de 60% da multa e de 25% dos juros, resultou no saldo de R\$2.281, a ser liquidado em forma parcelada em 180 meses. A adesão ao parcelamento foi protocolada em 27 de novembro de 2009. O cálculo atualizado dos valores referentes ao parcelamento de débitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da dívida calculado pela Fundação	2.292	2.401
Circulante	292	272
Não circulante	2.000	2.129
Total	2.292	2.401

Os efeitos no resultado referente a está dívida são os seguintes:

Despesas financeiras	174	196
Total	174	196

Despesas com:

Despesa administrativa e docente (inclui os encargos sociais)	(43.612)	(39.774)
Serviços prestados por terceiros	(3.627)	(3.722)
Manutenção e conservação	(1.636)	(1.205)
Serviços e materiais de informática	(843)	(649)
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	(1.736)	(1.869)
Periféricos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	(76)	(69)
Aluguéis	(1.600)	(1.555)
Brindes	(359)	(188)
Condução, fretes e carretos	(106)	(67)
Conferências e congressos	(71)	(40)
Contribuições a entidades de classe	(209)	(177)
Contribuições e doações	(110)	(169)
Eventos e festividades	(374)	(256)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(80)	(105)
Estacionamento	(64)	(65)
Locação de equipamento de impressão	(286)	(201)
Materiais de escritório	(250)	(175)
Revistas técnicas	(139)	(48)
Treinamento de pessoal	(71)	(18)
Viagens e estadas	(8)	(1)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.114)	(1.914)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(73)	(46)
Impostos e taxas	(86)	(80)
Multas	(1)	(0)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(1.616)	(687)
Segurança e vigilância	(989)	(707)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(10)	(155)
Serviços Voluntários	(9)	(8)
Aluguéis recebidos e outros	1.711	441
	(58.444)	(53.509)

Classificadas como:

Custos - das atividades de ensino - FECAP	(47.649)	(42.209)
Gerais e administrativos	(12.496)	(11.586)
Outras receitas, líquidas	1.701	286
	(58.444)	(53.509)

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas administrativas	43.612	39.774
Serviços prestados por terceiros	3.627	3.722
Manutenção e conservação	1.636	1.205
Serviços e materiais de informática	843	649
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	1.736	1.869
Periféricos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	76	69
Aluguéis	1.600	1.555
Brindes	359	188
Condução, fretes e carretos	106	67
Conferências e congressos	71	40
Contribuições a entidades de classe	209	177
Contribuições e doações	110	169
Eventos e festividades	374	256
Cópias, reproduções e gráfica externa	80	105
Estacionamento	64	65
Locação de equipamento de impressão	286	201
Materiais de escritório	250	175
Revistas técnicas	139	48
Treinamento de pessoal	71	18
Viagens e estadas	8	1
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.114)	(1.914)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(73)	(46)
Impostos e taxas	(86)	(80)
Multas	(1)	(0)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(1.616)	(687)
Segurança e vigilância	(989)	(707)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(10)	(155)
Serviços Voluntários	(9)	(8)
Aluguéis recebidos e outros	1.711	441
	(58.444)	(53.509)

Local 1 - prédio localizado na Avenida Liberdade, 532 - blocos A, B, C, D e E.
Local 2 - prédio localizado no Largo de São Francisco, 19.
Local 3 - prédio localizado na Rua Artur de Azevedo, 1.633.

A apólice de seguro contratada possui vigência para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2016.

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas administrativas	43.612	39.774
Serviços prestados por terceiros	3.627	3.722
Manutenção e conservação	1.636	1.205
Serviços e materiais de informática	843	649
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	1.736	1.869
Periféricos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	76	69
Aluguéis	1.600	1.555
Brindes	359	188
Condução, fretes e carretos	106	67
Conferências e congressos	71	40
Contribuições a entidades de classe	209	177
Contribuições e doações	110	169
Eventos e festividades	374	256
Cópias, reproduções e gráfica externa	80	105
Estacionamento	64	65
Locação de equipamento de impressão	286	201
Materiais de escritório	250	175
Revistas técnicas	139	48
Treinamento de pessoal	71	18
Viagens e estadas	8	1
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.114)	(1.914)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(73)	(46)
Impostos e taxas	(86)	(80)
Multas	(1)	(0)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(1.616)	(687)
Segurança e vigilância	(989)	(707)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(10)	(155)
Serviços Voluntários	(9)	(8)
Aluguéis recebidos e outros	1.711	441
	(58.444)	(53.509)

Classificadas como:

Custos - das atividades de ensino - FECAP	(47.649)	(42.209)
Gerais e administrativos	(12.496)	(11.586)
Outras receitas, líquidas	1.701	286
	(58.444)	(53.509)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo de acordo com os critérios e requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.653	1.447
Outras receitas	240	293
	1.893	1.740

Despesas:		
Encargos sobre parcelamentos de contribuições sociais (nota 9)	(328)	(431)
Despesas bancárias	(253)	(203)
Outras despesas (*)	(316)	(39)
	(897)	(673)

(*) O saldo de 2016, refere-se a encargos financeiros FIES

15. COMPROMISSOS: A Fundação possui um contrato referente à locação do Campus Pinheiros. O compromisso futuro para pagamento desse espaço a partir de 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 6.640, sujeitos à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O vencimento do contrato é 31 de dezembro de 2020. As despesas incorridas em 2016 com esse contrato foram de R\$ 1.513 (R\$ 1.487 em 2015).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

	Valores contábeis	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativos (passivos) financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	610	683
Aplicações financeiras	6.989	8.347
Bancos e aplicações financeiras vinculadas	1.644	1.487
Anuidades a receber	7.067	5.248
Fornecedores	(757)	(893)
Parcelamento de contribuições sociais	(3.370)	(4.357)

A Administração da Fundação é responsável que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentem variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **b) Políticas contábeis significativas** - Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 7. **c) Risco de crédito** - O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e para aqueles em que não há expectativa de inadimplência, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação. A Fundação mantém conta corrente bancária e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco. **d) Gestão de risco de mercado** - Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais total